

# **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo – PDUI-RMSP**

## **Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Santo André Sub-Região Sudeste**

**Data: 05 de maio de 2016**

**Local: Auditório do Semasa**

**Rua: Jose Cabalero, 143 – Centro – Santo André**

**Horário: 14h**

**Pauta:** Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo.

**Abertura pela Mesa  
Apresentação da Emplasa  
Debates  
Encerramento**

### **Representantes presentes**

#### **Emplasa**

Zoraide Amarante Itapura de Miranda  
Eneas Nucci Junior  
Caroline Rodrigues Gonzalez

#### **Consórcio Intermunicipal Grande ABC**

Luis Paulo Bresciani  
Sandra Malvese  
Hamilton Lacerda

#### **Semasa – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André**

Sebastião Ney Vaz Junior  
Valéria Bonfim

#### **Sociedade civil e outros participantes**

Ver lista de presença.

O superintendente do Semasa, **Sebastião Ney Vaz Junior**, representante também do prefeito de Santo André, Carlos Alberto Grana, abriu a reunião. Em seguida, ele passou a palavra para **Luis Paulo Bresciani**, representante do Consórcio Grande ABC, para que contextualizasse a participação da região do ABC. Bresciani informa que a audiência é a primeira das sete previstas para a Sub-região Sudeste, agradece às equipes da Emplasa e do Consórcio e destaca o papel deste como protagonista da região na construção do debate coletivo. Ao finalizar, reforça a necessidade de diálogo entre o PDUI e o plano regional do ABC, que agora deve olhar para a região metropolitana.

Em seguida, **Zoraide Amarante** salienta o esforço da Emplasa no processo de reunir todos os dados, fazer diagnósticos técnicos e organizar e debater as propostas que chegam. Informa que parte do trabalho foi consolidada num primeiro documento, já disponibilizado na plataforma, “Visão da Metrópole”, e entrega um exemplar ao município de Santo André. Dito isso, inicia a apresentação da Emplasa na audiência. Primeiro, passa o filme do PDUI, informando que o mesmo foi realizado com apoio da Assessoria de Comunicação do Governo do Estado.

A apresentação, elaborada pela Emplasa, juntada nesta pasta, discorre sobre:

- **Estatuto da Metrópole.**
- **O que é o PDUI.**
- **Processo de elaboração do PDUI.**
- **Processo participativo e constituição da "Instância Deliberativa para aprovação do PDUI".**

Durante a apresentação, Zoraide informa que se trata de uma primeira rodada de audiências, com intuito de mobilização, sendo que as próximas deverão ter caráter regional. Explica que o PDUI-RMSP tratará de questões territoriais prioritárias, que visem melhorar a qualidade de vida da população e diminuir o desequilíbrio de oportunidades na região, com enfrentamento dos desafios da vulnerabilidade social e ambiental.

Ela ressalta a importância da governança interfederativa como um diferencial do PDUI em relação a outros planos realizados anteriormente. A lei federal que rege o PDUI exige que sua construção seja feita de forma conjunta entre governos estaduais, municípios, consórcios e sociedade civil, e que seja transformado em projeto de lei. Lembra que temáticas de saúde e educação poderão ser abordadas indiretamente, uma vez que têm dinâmica própria de funcionamento. Já o macrozoneamento deverá ter destaque no plano, não sendo uma soma dos zoneamentos dos planos diretores municipais, mas apontando questões consideradas por eles.

Em seguida, expõe o plano de trabalho de elaboração do PDUI, com a participação dos conselhos e grupos de trabalho, o guia metodológico, o processo participativo e a composição da instância deliberativa que validará a minuta do projeto de lei. Apresenta a plataforma disponível na internet como uma ferramenta importante de transparência e democratização do acesso à informação. Encerra a apresentação ficando à disposição para qualquer pergunta.

Com a palavra, **Sandra Malvese**, do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, comenta o Plano Diretor Regional do ABC (PDR), em fase final de diagnóstico, cujo objetivo é uma leitura integrada da região. Propõe que se pense a partir do PDR as questões que dialogam com o PDUI, como o macrozoneamento, por exemplo, de forma colaborativa entre os técnicos dos dois planos. Defende que se coloque o trabalho em desenvolvimento do PDR a serviço da construção do PDUI, que tem caráter mais amplo, e que as ações já em desenvolvimento sirvam de subsídios, a exemplo das cartas geotécnicas. Destaca que se trata de uma oportunidade para pensar o ABC e

sua conexão metropolitana. **Luis Paulo** lembra, por sua vez, a necessidade de convergência entre os planos, em um olhar sobre a economia regional, metropolitana.

Em seguida, **Hamilton Lacerda**, também do consórcio, pondera que o processo, apesar de bem estruturado, ainda está tímido do ponto de vista da participação de todos. Defende a importância de organizar a sociedade civil para a audiência regional, retomando um histórico de mobilizações do ABC e faz um apelo para que Santo André já comece a identificar quem serão seus representantes na instância deliberativa, na qual o ABC terá 10 delegados. Incentiva a divulgação da plataforma digital e a apropriação dos espaços de discussão como caminho para o sucesso do plano.

**Zoraide Amarante** complementa dizendo que o Estatuto da Metrópole é uma ferramenta poderosa, que obriga as três instâncias de governo a pactuarem regionalmente o que é prioritário em programas, projetos e ações, a indicarem o recurso e o instrumento para viabilizar cada projeto do plano. Usando o exemplo do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista, cujos projetos entraram no PPA do Estado, afirma que as peças orçamentárias devem estar pactuadas nos níveis de governo para viabilizar o projeto e garantir sua implementação.

**Valéria Bonfim**, do Semasa, pondera que a Emplasa já tem um avanço significativo em relação ao PDUI, um arcabouço, e materiais de análise já consolidados sobre a questão metropolitana, enquanto no Consórcio estão apenas começando a fase de diagnóstico do PDR. Questiona como conseguirão concatenar esses dois tempos, tendo em vista o cronograma apertado, principalmente para os municípios.

**Zoraide Amarante** argumenta que é uma feliz coincidência o PDUI e o PDR estarem em curso ao mesmo tempo, pois o arcabouço da Emplasa e o acervo em construção do PDUI ficam à disposição para prefeituras e consórcios, contribuindo para a discussão. Defende que os dois planos devem trabalhar paralelamente, trocando informações.

**Hamilton Lacerda** questiona se vai ou não dar tempo e quanto demorará o trabalho da instância deliberativa. Preocupa-se com o caminho adotado que, se mais longo ou mais curto, resultará num plano de melhor ou pior qualidade. Lembra que há muito a percorrer, e depois da deliberação do Conselho de Desenvolvimento ainda haverá debate na Assembleia Legislativa.

**Zoraide Amarante** assegurou que, desde o ano passado, há um esforço da Emplasa em incorporar o Ministério Público ao processo, convidando e divulgando o que está sendo realizado, e que também há estruturas na Assembleia Legislativa (Comissão de Assuntos Metropolitanos) que podem ser acionadas.

**Luis Paulo** encerra agradecendo aos participantes e divulgando a próxima audiência da Sub-região Sudeste, marcada para o dia 10 de maio, em Mauá.